

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



Todos ao Conselho Universitário!

Na quinta-feira, dia 26, a sessão do Conselho Universitário (órgão máximo de decisão da UFRJ) será no auditório do CT, no Fundão, para que a comunidade universitária (técnicos-administrativos, professores e estudantes) participe com conforto do debate das três propostas de gestão para os HUs da universidade.

Até agora, a força da nossa mobilização conseguiu impedir que os defensores da Ebserh, sob a liderança do reitor Carlos Levi, nos empurrasse goela abaixo essa empresa. Superamos os golpes, manobras e fizemos valer nosso direito de discutir, e se não podemos decidir, ao menos podemos influir em favor da universidade.

Está em jogo o Sistema Único de Saúde (SUS), a existência dos HUs como instituições públicas vitais ao atendimento de alta complexidade, ao ensino e à pesquisa. O que o Conselho Universitário vai decidir é se a UFRJ deve continuar autônoma, democrática e a serviço da sociedade. *Páginas 3, 4 e 5*

Assembleia sexta-feira, dia 20, às 10h

Local: subsede sindical no HU.

Pauta: eleição de delegados para o Encontro Regional da Fasubra.

DOIS PONTOS

Memória, verdade e justiça

A Comissão Nacional pela Memória, Verdade e Justiça da CUT convida todos para o ato no dia 18, quarta-feira, às 18h, na sede da OAB-RJ (Avenida Marechal Câmara, 150, 9º andar, Centro do Rio de Janeiro).

Este é o segundo ato da Comissão e a Secretaria de Organização e Política Sindical da CUT-RJ conclama os sindicalistas e militantes do movimento sindical comprometidos com a preservação da memória da classe trabalhadora a participarem do ato, inclusive com seu testemunho, se sofreu repressão e perseguição política durante o período da ditadura militar.

Promoção e educação em saúde

O Sintufrj, em parceria com a CPST/PR-4, realiza no dia 24, terça-feira, das 9h às 14h, no Espaço Cultural da entidade, no Fundão, mais uma ação pela promoção do bem-estar e da saúde dos trabalhadores da UFRJ.

Serão realizados exames para verificar glicose, colesterol, pressão arterial e teste de hepatite C.

AA da UFRJ

O Grupo de Alcoólatras Anônimos da UFRJ, fundado em 1995, reúne-se todas as quartas-feiras, das 15h às 17h, na subseção sindical no HU.

Ferramos

Ao contrário do que foi dito na edição 1044 do Jornal do Sintufrj, Ivania de Jesus não atua como assistente social no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Clube Universitário: sindicatos analisam proposta da Reitoria

As entidades representativas dos três segmentos da UFRJ – Sintufrj, Adufrj e DCE – foram convidadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) para uma reunião no dia 9 em que seria apresentada a proposta da Reitoria para o Clube Universitário.

O Sintufrj não pôde comparecer porque nessa data teve assembleia da categoria, mas a proposta já está nas mãos dos coordenadores para análise.

Segundo Pablo Benetti, o propósito da reunião era apresentar a ideia geral do Plano Diretor para a área reservada ao Clube Universitário e verificar como poderia ser estabelecida uma parceria da Re-

itoria com as entidades de classe na ocupação para viabilização do projeto.

“As entidades ficaram de estudar o assunto, e, assim que tiverem uma posição, vamos marcar uma reunião”, adiantou o pró-reitor.

Projeto

O local destinado ao Clube Universitário fica próximo ao Alojamento Estudantil: inclui toda a área dos antigos galpões do Metrô. O projeto consta de um clube náutico, instalações esportivas e espaço para reuniões da comunidade da UFRJ. A ideia, segundo Pablo, era que se desenhasse uma administração conjunta com as enti-

dades, como já é feito, por exemplo, na UFMG e na USP, de forma que qualquer integrante da universidade, com uma carteirinha, por exemplo, tivesse acesso.

“Nosso sonho mesmo é que as entidades assumam o local como seu e comessem a dar vida a isso. E, em conjunto com o Projeto Universidade Cidadã, organizasse um grande centro de formação para atender os trabalhadores e os movimentos sociais, coisa que a gente já faz, de uma maneira ou de outra, mas que passaria a ser feita com mais organização e em espaço mais apropriado. E o clube serviria como suporte para as atividades”, disse Pablo Benetti.

Saúde da voz

A Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador da Pró-Reitoria de Pessoal (CPST/PR-4) iniciou o projeto Saúde Vocal e Aprimoramento da Expressão Oral, promovendo palestras sobre o tema e oficinas.

No dia 18, às 10h, no Salão Azul do Igeio (CCMN), será realizada a palestra “A voz do professor”, com a professora Ângela Garcia, do curso de Fonoaudiologia. Durante a palestra, aberta a todos os servidores, será feito agendamento para avaliação da voz. Nos dias 17, 18, 23 e 24 de setembro, das 8h30 às 11h30, serão feitas avaliações com programa de computador específico para avaliar a voz dos servidores.

Assembleia geral da Caurj

A presidente do Conselho Diretor da Caixa de Assistência Universitária do Rio de Janeiro (Caurj), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12, “c”, do estatuto da entidade, convoca reunião da assembleia geral extraordinária da Caurj, nos termos do artigo 30 do estatuto, a realizar-se no dia 18/9/2013, no Centro de Tecnologia, bloco G, sl 122, Av. Horácio Macedo, Fundão, às 9h, em primeira convocação, com quórum mínimo de 30% dos associados titulares, ou às 9h30, em segunda convocação, com qualquer quórum, com a seguinte pauta: eleição do Conselho Diretor e assuntos gerais.

Rio de Janeiro,
30 de agosto de 2013.

Marylena Barreiros Salazar
Presidente do Conselho Diretor

Centro de formação de condutores
PRINCESA
CNPJ: 14.808.03710001-55

Preços especiais \$

1ª Habilitação
Acréscimo de Categoria
Renovação
Reciclagem

Cartões, Pedágios, Entre outros - 3028-0808
Dist. Interno - Mantenha a cidade limpa

Direção: Sônia

**Estrada do Rio Jequiá, 1726 - Loja G
Zumbi - Ilha do Governador - RJ**
Contatos: 3393-8542 / 3477-0203
e-mail: princesa.cfc@gmail.com

**SUA VIAGEM DE LAZER E NEGÓCIOS
NO MESMO LUGAR**

MCB Viagens

Passagens, Hospedagens, Locação de Veículos
Pacotes, Seguro Viagem, Cruzeiros, etc...

Av. Rio Branco, 185 Gr. 1518
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-007
Tel: 55 21 3174-2012
barbara@mcbcorporativo.com.br

FECHAMOS UMA PARCERIA QUE VAI DEIXAR VOCÊ DE BOCA ABERTA.

O SINTUFRJ acaba de firmar acordo com o CEDOM, uma das maiores empresas de odontologia do Rio de Janeiro. Além de 15 anos de experiência, ela possui AMPLA REDE CREDENCIADA dando cobertura a 205 procedimentos em todo o estado.

Entre em contato conosco ou com o sindicato e faça uma escolha inteligente: VENHA PARA O CEDOM.

ENDODONTIA • PERIODONTIA • RADIOLOGIA • ODONTOPEDIATRIA • DENTÍSTICA • EMERGÊNCIA E URGÊNCIA EM TODO O BRASIL • CARÊNCIA ZERO • ORTODONTIA COM DESCONTO NAS CLÍNICAS PRÓPRIAS.

WWW.CEDOM.COM.BR | 3461-9797 | CURTA NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK

Sintufrj
SINICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PLANO ODONTOLÓGICO
CEDOM
Dê vida ao seu sorriso



MOVIMENTO & LUTA

Categoria aprova indicativo de greve

Mas para que haja mobilização e o movimento garanta vitórias, os técnicos-administrativos defendem a deflagração de greve em torno de uma pauta de reivindicações nacional específica

A assembleia realizada na terça-feira, dia 10, às 10h, na sub-sede sindical no HU, aprovou, por unanimidade, que os delegados à plenária nacional da Fasubra nos dias 13 e 14, em Brasília, defendessem a realização de debate sobre o indicativo de greve, mas com a elaboração de uma pauta de reivindicações que mobilize a categoria nacionalmente com vistas à deflagração de uma greve forte e que garanta vitórias à categoria.

Outra decisão unânime da assembleia foi para que o Sindicato convocasse uma nova assembleia para a categoria avaliar e deliberar, com base nas decisões da plenária da Fasubra, se há ou não condições de se entrar em greve.

A direção sindical reafirmou a importância da mobilização para garantir a autonomia da universidade e impedir que a Empresa Brasileira de Servi-



FRANCISCO Carlos, Ana Célia, Francisco de Assis e Carmen Lucia

ços Hospitalares (Ebserh) fosse aprovada no Conselho Universitário na sessão do dia 12, o que só não ocorreu exatamente por pressão do movimento sindical e estudantil.

Plenária nacional da Fasubra
Os trabalhadores da UFRJ foram representados nesta plenária nacional por oito delegados: cinco eleitos na assembleia e três da direção do Sintufjr.



Fotos: Renan Silva

MOMENTO de votação na assembleia

A plenária foi realizada em dois dias: na sexta-feira, 13, e no sábado, 14, na UnB, com a seguinte pauta: painel da Confederação de Trabalhadores das Universidades das Américas (Contua); debate sobre

turnos contínuos e redução da jornada de trabalho; informes da direção e da base; análise de conjuntura (balanço da jornada de lutas de agosto); avaliação do indicativo de greve e encaminhamentos.

SOS HUs

HU: caos é proposital, denuncia a categoria

Os trabalhadores do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) estão temerosos e indignados com o que vem ocorrendo na unidade. A maioria está convicta de que o caos instalado é uma manobra irresponsável para facilitar a entrada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares na UFRJ, portanto, os desmandos em prejuízo dos profissionais e da população são propositais. Para eles esta é a pior gestão que o HU já teve.

Na sexta-feira, dia 13, o Sintufjr foi chamado às pressas ao hospital pela categoria. O coordenador de Administração e Finanças, Nivaldo Holmes, se reuniu com um grupo de profissionais que manifestou grande preocupação com as consequências imediatas da má administração da unidade. Eles estão dispostos a denunciar publicamente o que está ocorrendo, pois temem o fechamento de alguns setores por falta de materiais, insumos e equipamentos básicos e, conseqüentemente, das precárias condições de trabalho. Até a rede de gases parou de funcionar. Não há papel toalha, agulhas e coletores de urina.

“O diretor quer fechar o HU a qualquer custo porque quer a Ebserh gerindo a unidade. Essa empresa entrou na UFMG e as primeiras medidas que adotou foi demitir terceirizados, aumentar a jornada de trabalho e impor o ponto eletrônico. Ela (empresa) não tem nada de positivo”, denunciou um trabalhador.

“Se existem repasses financeiros para o HU, o que faz a comissão instituída pelo reitor, que tinha como propósito a manutenção da infraestrutura, como compras de insumos básicos, se o caos continua?”, questionam alguns.

A categoria também quer saber por que o diretor Marcus Eulálio continua pagando o

APH para profissionais de setores cujas demandas estão reduzidas. Isso ocorre, por exemplo, no programa de transplantes, onde o adicional é pago há mais de dois anos sem o ponto eletrônico.

“É um crime contra a saúde pública fechar as portas de um hospital de referência como o HU. O diretor pode ter a ideologia dele, mas fechar o hospital como está fazendo, dia após dia, é uma manobra desesperada de uma gestão que está há três meses do fim para mostrar que a Ebserh é a solução”, afirmou outro profissional.

Ao contrário do que informou no conselho Universitário, o diretor da Faculdade de Medicina e membro da tropa de choque em defesa da Ebserh, Roberto Medronho, a Emergência interna não está fechada. De acordo com médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, somente no mês de agosto foram mais de 800 atendimentos e mais de 100 internações. Isso prova que, a despeito do descaso da direção, os trabalhadores do HU continuam se esforçando para superar as adversidades e fazer o seu trabalho com dignidade.

Todos ao Consuni!

O coordenador do Sintufjr Nivaldo Holmes lembrou que tem sido comum, inclusive nas sessões do Conselho Universitário, culpar os trabalhadores pelos problemas do HU. “Sou servidor há 33 anos da universidade e nunca vi a situação dos hospitais universitários chegar a esse ponto. Não há dúvidas de que o propósito é favorecer um modelo de empresa que vai modificar a estrutura do HU. Por isso peço a participação de vocês na próxima sessão do Consuni, no dia 26, para barrar a Ebserh”.

MPF denuncia União e UFRJ por descaso com HU

O Ministério Público Federal (MPF) moveu duas ações civis públicas. Em uma, os procuradores denunciam o péssimo estado da estrutura do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, com rachaduras e infiltrações, rede elétrica sobrecarregada com risco de incêndio e rede hidráulica inadequada e com vazamentos, além do desabastecimento de insumos básicos, inclusive itens de higiene como papel higiênico. Em outra, os procuradores denunciam a presença de profissionais sem vínculo empregatício ou contrato temporário em diversas unidades de saúde da UFRJ.

O MPF denunciou a omissão da UFRJ e da União com a reestruturação do hospital e com a necessidade de materiais indispensáveis ao atendimento dos pacientes. O ministério está exigindo que, em 15 dias, a UFRJ apresente projeto com cronograma para execução das medidas prioritárias. Exige ainda que a União e a UFRJ reativem todos os serviços da unidade de saúde paralisados por falta de pessoal e que a universidade apresente em 120 dias um plano de redimensionamento da força de trabalho de todos os hospitais.

Para o jornal *O Globo*, a UFRJ informou que não recebeu o número de vagas necessárias para fazer concursos e resolver a carência de pessoal, que está contratando reforma da parte elétrica do HU e que fará outras obras, mas que a assinatura do contrato com a Ebserh (segundo o jornal proposta pelo Ministério da Educação “como solução para os hospitais universitários”) está sendo

discutida pelo Conselho da universidade.

HU responde ao Sintufjr

O Jornal do Sintufjr solicitou à assessoria de imprensa do Hospital Universitário a posição da direção diante das denúncias. Obtivemos a seguinte resposta: “Sobre a matéria não vamos nos posicionar, já que a ação é contra a UFRJ e não contra o HUCFF. Porém, podemos falar sobre a situação do Hospital Universitário”.

Federal do Paraná disse não à Ebserh em nome da autonomia universitária

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) aprovou resolução contrária à implantação da Ebserh no Hospital de Clínicas (HC) da instituição. O reitor Zaki Akel Sobrinho disse que a universidade invocou a própria autonomia para tomar a decisão.

“Fizemos uma análise detalhada da proposta e resolvemos não aceitar. A adesão total para nós não é interessante porque fere a autonomia da universidade. E essa apreciação não é apenas nossa, até hoje apenas 10 das 43 universidades federais aderiram à empresa, o que mostra que é preciso escolher outro cenário para resolver os problemas dos hospitais universitários”, afirmou Akel Sobrinho.

Mobilização derrota a Ebserh no IPPMG

Trabalhadores reagem à chantagem da empresa, com o apoio do MEC, e impedem a implantação do ponto eletrônico para 100% do efetivo do hospital. Mas a luta contra a Ebserh continua na UFRJ

Na assembleia comunitária convocada pela direção do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) realizada na terça-feira, dia 10, no salão nobre, os trabalhadores da unidade souberam que a imposição do ponto eletrônico para todos como condição para o pagamento dos adicionais de plantão hospitalar (APHs) foi formulada por dois integrantes da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em Brasília: Jeane Michel e Marco Avelino.

O diretor do IPPMG, Edimilson Migowski, informou que ao questionar o MEC, “na pessoa de Marcos Avelino e Jeane”, sobre o motivo de somente o instituto – entre as unidades de saúde da UFRJ, como o HU e a Maternidade-Escola – ter sido punido com o corte do pagamento dos plantões, eles responderam que “nós não tínhamos colocado o ponto eletrônico”.

Segundo o diretor, diante da obrigatoriedade, por parte do MEC e do Ministério do Planejamento, de implantação do ponto eletrônico para 100% dos trabalhadores do IPPMG, as pessoas que fizeram plantões em julho e agosto não receberam o APH e não havia garantia de receberem em setembro. Mesmo assim, a enfermagem, de forma voluntária, se prontificara a fazer o plantão até 12 de setembro.

Não ao ponto eletrônico

Com base no exposto pelo MEC, o Conselho Diretor do IPPMG decidiu pela implantação do ponto eletrônico para todos. O reitor foi posto a par do que estava acontecendo, inclusive sobre os prejuízos ao funcionamento pleno da unidade se a enfermagem, por exemplo, deixasse de fazer os plantões hospitalares.

Mas um dia antes da assembleia comunitária, na reunião com o reitor Carlos Levi e com o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, o diretor Migowski e o vice-diretor Bruno Leite foram informados de que não havia necessidade de ponto eletrônico. E mais: a Reitoria aumentaria o número de concursos destinados à unidade. A posição da Reitoria foi rece-



Fotos: Renan Silva 4/9/2013

PROFISSIONAIS lotam o salão nobre na primeira reunião que discutiu a medida Ebserh/MEC



EDIMILSON Migowski, Bruno Leite, Francisco Carlos, Fátima Silianski e Nivaldo Holmes

bida com alívio e alegria pelos trabalhadores da unidade presentes no salão nobre.

“O mesmo Marco Avelino, que falou que não ia pagar por telefone para mim, porque a gente não tinha colocado o ponto para 100% do efetivo, mandou um documento (à Reitoria) dizendo que, a exemplo do que vinha ocorrendo até então, se nós colocássemos o ponto eletrônico para quem faz APH ia ser como antes”, relatou Edimilson Migowski. Segundo o diretor, o reitor garantiu o pagamento dos adicionais de julho, agosto e setembro.

No informe sobre a reunião com Levi e Gambine, Migowski acrescentou que Marco Avelino havia dito no documento enviado à Reitoria que o IPPMG não teria comunicado ao MEC a existência dos adicionais. Ele disse que essa afirmação era uma inverdade.

Mais pessoal

De acordo com Migowski, a Reitoria prometeu enviar ao IPPMG um anestesista e dois nutricionistas, além de ampliar as vagas no concurso realizado recentemente para enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos para a Terapia Intensiva e a Emergência. Ele disse, ainda, que Roberto Gambine garantiu destinar ao hospital o primeiro médico nomeado, e a previsão é que isso ocorra entre os dias 1º e 2 de outubro.

O pró-reitor teria se comprometido, também, a mais que dobrar o número de vagas para médicos no IPPMG. Na Emergência, por exemplo, aumentaria de duas para cinco vagas, e na Terapia Intensiva, de sete para 14. O mesmo se daria em relação a técnicos de enfermagem e enfermeiros.

Pressão sindical

Fátima Silianski, da Adufrj,

disse que na hora em que a UFRJ assinar o contrato com a Ebserh, não haverá gestão participativa e muito menos se perguntará aos trabalhadores sobre o que pensam sobre o serviço. Ela elogiou a proposta da Fasubra para os HUs no que se refere à participação democrática.

O coordenador de Comunicação do SintufRJ, Francisco Carlos, comemorou a suspensão do corte do APH e aproveitou para lembrar aos trabalhadores do IPPMG que é fundamental que eles se organizem para lutar contra a Ebserh, e os conclamou a estar presentes à sessão do Conselho Universitário de quinta-feira, dia 12, para que o reitor não dê nenhum golpe contra a Universidade.

“A Ebserh não nos serve. O objetivo aqui é resolver essa questão, inclusive tirar da cabeça da

gente a ameaça do ponto eletrônico implantado em toda a universidade. Não vamos aceitar de nenhum diretor ou do reitor a retirada de direitos dos trabalhadores. Não negociamos direitos. Não negociamos a Ebserh. Por isso convocamos todos ao Consumi para barrar esse projeto nefasto de empresa”, afirmou o dirigente sindical.

Francisco Carlos informou à categoria que o SintufRJ acompanhou a reunião do IPPMG e da bancada dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário com o reitor e o pró-reitor de Pessoal, e considerou importante os encaminhamentos adotados pela Reitoria.

O coordenador de Administração e Finanças do SintufRJ, Nivaldo Holmes, também estava presente à assembleia comunitária.

SOS HUs

Consuni será no CT

Não haverá cerceamento à participação da comunidade universitária na próxima sessão do Conselho Universitário (Consuni), prevista para o dia 26 de setembro, que retomará o debate sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Pelo contrário, o espaço foi ampliado para garantir a participação de todos os interessados e evitar conflitos. O local indicado é o auditório do Centro de Tecnologia (CT).

Esse foi o resultado do debate em torno do único ponto de pauta da sessão de quinta-feira, dia 12, que discutiu as condições de realização das sessões do Conselho Universitário. A Reitoria retirou de pauta o debate sobre a Ebserh com a justificativa de discutir os problemas ocorridos no Consuni de 5 de setembro, mas desta vez o reitor Carlos Levi atendeu aos apelos a favor da democracia feitos pelos representantes das entidades sindicais, do DCE Mário Prata e de vários conselheiros, diante das tentativas de alguns conselheiros de restringir a participação no debate sobre a Ebserh.

Na sessão de 26 de setembro estarão em pauta os pareceres das três comissões do Consuni (Ensino e Títulos, Legislação e Normas e Desenvolvimento) sobre as três propostas apresentadas: da Reitoria; das entidades sindicais Sintufjr e Adufrj e do DCE Mário Prata; e a da Fasubra. Também deverá ser discutida a indicação de realização de sessão especial para deliberar sobre a Ebserh – que exige a presença de 2/3 dos conselheiros – proposta no parecer da Comissão de Legislação e Normas.

Manifestações das entidades

Censura – Apesar de o Consuni sempre abrir espaço para manifestações, principalmente de representantes de movimentos e das entidades representativas da comunidade universitária – uma tradição democrática da universidade –, o vice-diretor do Instituto de Psiquiatria, Márcio Amaral, foi impedido de se pronunciar por decisão da maioria dos conselheiros presentes à última reunião do Colegiado.

Sintufjr – O coordenador de Comunicação Sindical do Sindicato, Francisco Carlos, declarou que não existiu tentativa do movimento para impedir a sessão de 5 de setembro, e o que houve foi uma reação natural de revolta. E deu um recado aos conselheiros: “O Sintufjr se solidariza com todas as pessoas que se manifestaram e informa



Foto: Renan Silva

CONSUNI, tranquilo, delibera, em favor da comunidade universitária. A próxima reunião do colegiado sobre a Ebserh é no CT

que não vai se calar, pois a universidade não pode se dobrar diante da tentativa de quebra da autonomia universitária”.

O dirigente destacou a importância da autonomia e deu como exemplo o episódio do adicional de plantão hospitalar (APH) no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) como problema que a Ebserh pode causar na universidade: “A Ebserh se instalou no IPPMG e tentou não pagar o APH, mas os companheiros do IPPMG e o Sindicato se mobilizaram contra isso. Se hoje a Ebserh já faz isso, imagina institucionalizada na universidade! Então temos que repudiar a empresa e saber que estamos lutando contra um inimigo comum”.

Francisco Carlos chamou à reflexão os conselheiros, defendeu o projeto alternativo proposto pelas entidades e disse que é preciso coragem para resolver a questão da Ebserh. “Nós temos condições de resolver e vamos ter essa grandeza. Senhor reitor e senhores conselheiros, está na hora de mostrarmos que somos maiores que qualquer proposta externa”, finalizou o sindicalista.

Adufrj – O presidente da entidade, Mauro Iasi, defendeu o direito de representação e manifestação da comunidade universitária. Ele alertou que não será restringindo a participação da comunidade que se resolverá as divergências sobre a Ebserh, e chamou a atenção para a postura que deve ter o Consuni e o reitor.

“Já demonstramos que não

aceitamos decisões secretas. Qual será o próximo passo? Chamar a Polícia Militar? Esse Conselho se legitimará na medida em que responda aos anseios da comunidade universitária. O Conselho e a universidade estão divididos. E o que se exige desse Conselho, e principalmente do presidente da sessão, é a grandeza de mediar esse conflito”, disse ele.

Depois de tentativas de golpe do reitor, manobras e agressões da tropa de choque pró-Ebserh, as entidades garantem a participação da comunidade universitária na discussão que definirá qual o modelo de gestão a UFRJ deve adotar para os HUs

Ele defendeu a proposta das entidades, e como argumento resgatou a história da tradição democrática da UFRJ. “Essa universidade não se curvou à ditadura e está prestes a se curvar à ditadura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”. Segundo Iasi, a maneira de tratar o conflito é res-

peitando o estatuto e o regimento. “O debate é para ganhar ou perder, mas o nosso direito é de defesa e de reação contra aqueles que se utilizam da pressão do governo e dos cargos que ocupam para chantagear a universidade e impor uma proposta leonina”.

DCE – O representante do DCE Mário Prata, Pedro Paiva, rechaçou a versão veiculada de que um grupo de “badermeiros” invadiu a sala do Consuni. “A ação da comunidade foi a única forma que tivemos de protesto. Quando a Reitoria rasga o estatuto não é vandalismo, mas quando os estudantes vêm aqui defender a autonomia, não pode. Como nas ruas, o povo não acata os atos de autoritarismo do governo aqui não será diferente”.

O bom senso prevaleceu

A tentativa de limitar a participação da comunidade universitária não logrou êxito. A justificativa apresentada por alguns conselheiros foi a de que houve agressão à integridade física de seus integrantes na sessão de 5 de setembro. Os conselheiros Roberto Medronho e Walter Suemitsu propuseram que o acesso às sessões fosse limitado a 25 pessoas. Eles são ferrenhos defensores da Ebserh. O primeiro é decano substituto do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o segundo, decano do Centro de Tecnologia. Os dois participaram dos incidentes da sessão anterior e foram filmados agindo agressivamente contra os manifestantes, entre os quais muitos estudantes.

O conselheiro Roberto Leher,

representante dos titulares do Centro de Filosofia e Ciências Sociais, se contrapôs sugerindo a realização de sessões sobre questões polêmicas em local mais amplo.

Na avaliação da conselheira Diana Maul, representante dos professores adjuntos do CCS, o clima a que se chegou no Consuni não é de agora e deriva também da forma como vêm sendo conduzidas as sessões. Para ela, a última não foi um divisor de águas, pois várias vezes se chegou a situações-limite, na UFRJ, assim como ocorre em outras universidades.

“A beligerância não é unilateral, e esse processo da Ebserh vem sendo conduzido há bastante tempo e de forma errada, que não constrói e divide”. Para ilustrar, a professora lembrou um episódio ocorrido dia 5. “Na sessão passada a manifestação do pró-reitor Gambine (de Pessoal) foi acompanhada o tempo todo por conselheiros com sinais de corte no pescoço. Isso não pode acontecer. Todos os que estão aqui sentados têm liberdade para dizer e defender suas ideias”, frisou.

Punição – A postura do decano do CT, Walter Suemitsu, na sessão passada teve consequência. O conselheiro Angelo Cister, representante dos adjuntos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), solicitou abertura de processo administrativo disciplinar contra o decano.

O debate envolveu 31 conselheiros, e o bom nível das discussões foi elogiado até por Carlos Levi, que, ao final, encaminhou proposta para que a próxima sessão do colegiado seja realizada no auditório do CT.

“Expansão do ensino aumentou a terceirização”

O presidente da Comissão de Políticas de Recursos Humanos da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Paulo Márcio de Faria, afirmou durante o debate no I Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação que a expansão do ensino superior trouxe problemas para o setor técnico-administrativo e também ajudou a aumentar a terceirização nas universidades.

A “Expansão do Ensino Superior” foi tema de uma das mesas de debates do evento organizado pela PR-4. Além de Paulo Márcio, que é reitor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), participou da mesa, como debatedor, o professor da Escola de Serviço Social e presidente da Adufrj, Mauro Iasi. Para o dirigente sindical, a expansão do ensino através do Reuni “consolidou uma política produtivista voltada para atender ao mercado de trabalho”.

Contratações não acompanham crescimento

Na avaliação do dirigente da Andifes, o problema começou na primeira fase da expansão, que foi de 2005 a 2009, e continuou na segunda, a partir de 2007, com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “Em relação ao quadro dos técnicos-administrativos, particularmente para mim, não houve criação na fase 1 de novas vagas para fazer essa expansão. Então essa expansão na fase 1 não atendeu nem o quantitativo que se esperava em relação ao número de técnicos e nem mesmo ao qualitativo, porque nem todos os cargos estavam disponíveis”, pontuou.

Ele apresentou dados da expansão nas universidades e deu como exemplo a sua instituição, a Universidade Federal de Alfenas: “Vou chegar a 501 professores e vou passar de pouco mais de 300 técnicos. A defasagem é muito grande, e isso tem reflexos na gestão”.

Números do Reuni

Paulo Márcio informou que depois do Reuni houve a criação de 77 mil cargos para as universidades federais, mas a expansão, que trouxe crescimento para as instituições, trouxe também um problema não resolvido, que é de pessoal. “O



PAULO Márcio de Faria, da Andifes

problema que temos batido é que crescemos 742% a matrícula na pós-graduação sem contratar um técnico ou professor especificamente para essa finalidade. Está muito difícil, pois são cursos novos sem secretaria e nenhum apoio técnico. Já falei até com a presidente e vou até o Papa se for preciso para ter apoio à pós-graduação”, promete o representante da Andifes.

UFRJ se destaca na terceirização

De acordo com Paulo Márcio, a defasagem de técnicos-administrativos nas Ifes aumentou a terceirização, e esse tipo de contratação de pessoal tem absorvido os recursos extras enviados às universidades pelo Reuni. “Saio de um patamar de 24% com gasto de terceirização em 2007 e, como não estou tendo aumento de servidores, hoje a despesa com serviços terceirizados está na casa de 60% do orçamento livre. E isso é um problema sério de gestão para Alfenas”, afirmou o reitor.

Com auxílio de um gráfico, ele mostrou que existem diferenciações entre as universidades em relação

a pessoal. Algumas estão mais bem atendidas, outras nem tanto. Os dados que apresentou mostraram que a UFRJ é a quarta universidade federal do país em gasto com terceirização (serviço de vigilância, limpeza etc.) para cobrir os postos de trabalho que o governo não autoriza mais concursos.

Promessa do governo – Segundo o dirigente da Andifes, o MEC sinaliza que, em 2014, fará uma distribuição de vagas para as universidades para corrigir a distorção no setor técnico-administrativo. “A visão geral é que ainda precisamos lutar por muito mais servidores nas nossas instituições. Mas não somos contra a expansão, que foi importante para abrir postos de trabalho e dar oportunidade para milhares de jovens”, concluiu.

Movimentos apontavam problema

O presidente da Adufrj, Mauro Iasi, refletiu sobre as opções políticas adotadas para a realização da expansão do ensino superior, e o resultado da sua análise apontou para a consolidação de uma política produtivista voltada para o mercado



MAURO Iasi, da Adufrj

nas duas fases da expansão. “O interessante é que em 2011 e 2012 certos aspectos que o movimento docente já alertava no início do processo de expansão acabaram se evidenciando”, afirmou o sindicalista.

Segundo ele, a expansão gerou distorções nas universidades e provocou contradições. Uma das distorções foi uma profunda intensificação do trabalho dos docentes e dos técnicos-administrativos. E a terceirização nas Ifes acabou sendo naturalizada pelo governo. “Isso é gravíssimo”, destacou.

Apesar das críticas, o sindicalista disse não ser contra a expansão, apenas “delimitou as condições necessárias”, e defendeu o financiamento 100% público para a universidade para que a autonomia universitária seja resguardada, pois a instituição não precisaria buscar recursos privados e se afastaria do caminho produtivista.

“Somos favoráveis à expansão, porque ela tem a virtude de levar o acesso ao ensino superior a toda sociedade brasileira. Mas ela tem que ser acompanhada de condições, seja da expansão do número de professores, das instalações e da manutenção

das instituições, porque se não apenas se resolve o problema agora para criar outro para depois”, disse Iasi.

O presidente da Adufrj encerrou sua participação no debate afirmando que a expansão gerou uma crise na universidade que acabou por empurrá-la para o mercado. Fato esse que os movimentos estão combatendo.

Elogio ao Sintae

O dirigente da Andifes enalteceu o Sintae: “Acho interessante essa característica que acontece dentro da universidade que é a integração do técnico à vida universitária. Se a missão da universidade é fazer ensino, pesquisa e extensão, vocês estão dando exemplo claro de como isso pode ser feito. Os painéis apresentados mostram claramente que os servidores podem estar envolvidos pelo menos numa das missões mais importantes na universidade, que é a produção de conhecimento. O trabalho cotidiano, um projeto que é desenvolvido, muitas vezes a gente pode, tanto na extensão como na pesquisa, agregar conhecimento novo. E a integração do trabalho do corpo técnico-administrativo é muito relevante”.

Carreira é discutida em evento na Coppe

Coordenador-geral do Sintufjr, Francisco de Assis, defendeu o resgate dos princípios de 1987, quando o piso era de três salários mínimos e a diferença entre os níveis salariais de 5%

FRANCISCO
de Assis



Foto: Renan Silva 30/8/2013

Antônio Carneiro falou sobre a dificuldade e os constrangimentos a que são submetidos os técnicos-administrativos em educação por não poderem

assinar

pro-

o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). A intervenção de Gambine foi do ponto de vista institucional e a de Assis, sindical.

O pró-reitor defendeu que a carreira é parte fundamental para a existência da instituição e para o seu bom funcionamento. Para isso sua estrutura tem de atender aos objetivos da universidade e ao desenvolvimento dos servidores. “Quando temos dificuldade na organização dos nossos servidores em torno da perspectiva profissional, com certeza teremos problemas na gestão”, afirmou.

Para ele, o problema que se coloca para a carreira é que a instituição não tem clareza de qual é a força de trabalho de que necessita. “E aí vem a discussão de como a gente se organiza em torno de uma carreira. Se não é

essa carreira que temos, qual é a carreira e quais são os cargos que nós vamos organizar em torno dela?”, perguntou.

Por fim, pontuou os desafios da Pró-Reitoria de Pessoal: ampliar a capacidade de qualificação e avançar na capacitação para atender a todos os servidores indistintamente. E encerrou sua

fala destacando duas questões que, em sua análise, devem ser avaliadas na carreira: os padrões de vencimento e os níveis de capacitação. “São 16 padrões e não temos mais para onde ir ao final da carreira. Se o governo pretende que a gente fique mais tempo trabalhando, temos de discutir como chegamos ao final da carreira”. Sobre os níveis de capacitação, alertou que em função dos prazos oferecidos e do aumento do ritmo dos programas nas universidades, todos os servidores tendem a chegar ao nível 4, e com isso não terão mais perspectiva de crescimento na carreira.

Sintufjr cobra

O coordenador-geral do Sintufjr cobrou da Pró-Reitoria de Pessoal o cumprimento, na íntegra, da Lei nº 11.091/2005 que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Ele fez um histórico das ações do movimento para conquistar uma carreira, relatando a luta que começou em 1987 com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) até chegar em 2005 e conquistar o PCCTAE.

Francisco de Assis enalteceu a conquista do PUCRCE — “o piso da carreira era de três salários mínimos no nível de apoio e quase 10 no nível superior” —, e lamentou a rea-

lidade atual com a queda brutal do piso, se comparado àquela época. “Isso realmente tem desmotivado o ingresso e a permanência de vários companheiros que fazem concurso para a universidade”, refletiu. Mesmo com as limitações atuais do PCCTAE, o dirigente destacou que o movimento dos técnicos-administrativos avaliou que foi positivo o avanço obtido com a conquista de uma carreira efetiva.

Cargo único

O sindicalista informou que a proposta original do movimento sindical era o Plano de Cargo Único, e ela não se perdeu com o PCCTAE, que incorporou elementos importantes do cargo único. “Apenas nos falta o desenvolvimento integral, que teria de ter o elemento da ascensão funcional. Brigamos por isso, e este ano fomos ao Congresso Nacional para pôr para a frente a PEC 207, da deputada Andrea Zito, que trata da ascensão funcional”, disse.

Francisco de Assis afirmou, ainda, que a meta do movimento é avançar na questão da remuneração, resgatando os princípios de 1987, com piso de três salários mínimos e diferença entre os níveis salariais de 5%. Ele destacou os avanços obtidos com o PCCTAE e apresentou dados para exemplificar os ganhos obtidos pela categoria com o incentivo à qualificação a partir de janeiro deste ano.

“Remuneração do servidor e a carreira na administração pública” foi o tema do debate no II Encontro de Gestão Pública na Coppe (EGePub), realizado de 4 a 6 de setembro, no auditório do Centro de Tecnologia 2 (CT2). O objetivo do evento foi motivar iniciativas que contribuam para o aprimoramento da gestão na universidade, especialmente na Coppe.

O coordenador-geral do Sintufjr, Francisco de Assis, compôs a mesa de debates, dia 4, da qual também participaram o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, o vice-diretor da Coppe, Edson Watanabe, e o técnico-administrativo em educação e pesquisador da Coppe, Antônio Marcos Carneiro.

Pesquisador

Edson Watanabe e Antônio Marcos falaram sobre a situação do pesquisador na universidade. Watanabe discorreu sobre a proposta de carreira de pesquisador discutida há décadas na Coppe e até hoje indefinida. “Há 30 anos discutíamos se o técnico devia ser pesquisador. Esta carreira ficou perdida na universidade. Não temos isso aqui na Coppe e também não temos na universidade. Há um pessoal que fica no meio do caminho e não sabemos como resolver”, disse.

jetos de pesquisa. E citou a discriminação feita pelo próprio MEC em relação a esses servidores: “No MEC há apenas duas carreiras, uma é docente e a outra não docente”.

Carreira

Roberto Gambine e Francisco de Assis discorreram sobre



Foto: Renan Silva 4/9/2013

PÚBLICO presente ao auditório do CT2, em um dos dias do evento

“O que mudou com a nova carreira?”

A Lei nº 11.091, do Plano de Carreira instituído em 2005, consolidou ações de incentivo para que os trabalhadores retornassem aos estudos. Mas o que mudou desde então? A resposta a esta pergunta foi o foco da pesquisa desenvolvida pela técnica-administrativa da Subcoordenação de Formação Profissional da PR-4, Valquíria Félix Gonçalves, aluna da primeira turma do curso de especialização em Gestão da Universidade Pública Federal implantado pela UFRJ em parceria com a UniRio. O trabalho foi apresentado no I Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos (I Sintae).

Resultados

Valquíria buscou um recorte no universo de funcionários (composto de 9.333 pessoas) para tentar responder à pergunta. Ela escolheu duas unidades com perfis diferenciados: a que contava com 398 trabalhadores ela denominou de Unidade Aca-

dêmica e a com 406 trabalhadores, de Unidade de Infraestrutura.

Unidade Acadêmica – Dos 11% dos entrevistados, 80,48% declararam conhecer pouco o plano de carreira, 12,20% conhecer muito e 7,32% não ter nenhum conhecimento. Perguntados se o plano de carreira teria influenciado o retorno aos estudos, 90,24% responderam sim, 7,32% não e 2,44% não responderam.

Ao opinarem sobre o que consideraram mais importante na formação, 48,78% declararam retorno financeiro, 43,90% o aperfeiçoamento das atividades e 7,32% a integração com servidores de outras unidades.

Unidade de Infraestrutura – Foram entrevistados 10% dos trabalhadores, dos quais 50% declararam conhecer pouco o plano, 42,86% não ter conhecimento e 7,14% disseram conhecer muito. À pergunta se o plano influenciou o retorno aos estudos, responderam: 64,29% sim; 33,33%, não e 2,38%

não responderam.

Com relação ao que consideraram importante na busca de formação: 50% declararam o retorno financeiro; 42,86% o aperfeiçoamento; 2,38% a integração com servidores e 4,76% não responderam.

Perfil – Na Unidade de Infraestrutura, mais de 80% são de homens; na Unidade Acadêmica, 52,51%. Estão nos níveis 1 e 2 (os iniciais) 66% dos trabalhadores da Unidade Acadêmica e 59% da Unidade de Infraestrutura.

IdentiTAE – A funcionária fecha o trabalho de pesquisa com o projeto Banco de Dados dos Técnicos-Administrativos da UFRJ (IdentiTAE), que ela sugere que seja administrado pela Subcoordenação de Formação Profissional/PR-4. De acordo com Valquíria, “os dados coletados pelo banco serão sigilosos e indicarão aspectos fundamentais para

traçarmos metas de formação e identificação de trabalhadores aptos para o desenvolvimento de determinados projetos”.

“Mais perigosos”

Valquíria trabalha há 26 anos na UFRJ, e há dez na área de cursos de capacitação da PR-4. Segundo conta, os alunos da primeira turma do curso de Gestão da Universidade Pública Federal ficaram marcados pela reflexão sobre o próprio fazer. “Estamos mais perigosos e fazendo barulho e m

ossos locais de trabalho. O servidor, quando pesquisa a sua realidade, muda. Precisamos trazer pesquisa para o ambiente técnico-administrativo da UFRJ”, concluiu, elogiando o I Sintae: “Esse encontro é perfeito. Porque permite pensar sobre a realidade de trabalho sob a ótica reflexiva da academia”.

VALQUÍRIA:
pesquisou e propôs a favor da categoria



Foto: Renan Silva 28/8/2013

“Valorizando pessoas”

Este foi o tema do trabalho apresentado pelo assistente administrativo Edmilson de Brito Palma, 53 anos, no I Sintae. O trabalho faz parte do planejamento estratégico da Decania do Centro de Tecnologia (CT) desenvolvido por sua Divisão de Recursos Humanos (DRH).

O setor de RH da Decania do CT desenvolve um plano de gestão de pessoas direcionado à nova missão da unidade, que é voltada para a integração de suas unidades com a qualidade de vida e a valorização profissional. E dentro desta política de qualidade, alinhada a uma nova cultura de gestão com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, se insere o projeto Valorizando Pessoas. O projeto subsidiou a monografia de Edmilson para o curso de especialização em Gestão da Universidade Pública Federal.

“O trabalho de final do curso faz parte do projeto que nós estamos implantando desde 2007 na Decania do CT: Planejamento Estratégico Valorizando Pessoas. Por que isso? O processo

de valorização de pessoas é uma tendência de mercado no espaço de trabalho organizacional tanto público como privado. E com os avanços tecnológicos identificou-se que as pessoas são a mola propulsora da engrenagem. São elas que fazem a diferença. Pessoas que fazem diferença para o sucesso da organização”, explica Edmilson.

Edmilson entrou na UFRJ em 1985, chefiou o DRH da Decania do CT de 1993 a 2002 e hoje é subchefe. Com a segurança de quem trabalha há quase duas décadas na área, ele diz que não poderia faltar um programa de valorização dentro de um planejamento estratégico e de desenvolvimento ligado à missão de uma instituição como a UFRJ e de uma unidade como o CT, que promovem desenvolvimento social e tecnológico.

Ele comemora a conquista: “Com o planejamento estratégico voltado para a valorização das pessoas, elevamos o nível de capacitação e qualificação dos técnicos-administrativos da Decania. Exemplo de como esta valorização se dá, na prática, pode ser visto na página do CT. O site, no seu link de notícias, anuncia

a participação de grande parte do corpo de funcionários (oito) apresentando trabalhos no I Sintae”. O trabalho em equipe com a divisão de tarefas determinadas, de acordo com Edmilson, é muito incentivado e faz parte do projeto de valorização que orienta traçar o perfil do cargo para se trabalhar em determinado setor. “Mas para isso”, ensina, “é preciso também ter um plano de ação do setor para se delinear a necessidade de qualificação e capacitação da unidade”.

O projeto de valorização é voltado para todos os servidores – técnicos-administrativos e docentes –, assim como para estagiários e trabalhadores terceirizados. Além do incentivo à capacitação e à qualificação, Edmilson destaca que é preciso também reter os funcionários na instituição. “Aí entra a política de reconhecimento e recompensa com a premiação dos colaboradores que foram destaques no ano. E na festa de fim de ano também participam estagiários e terceirizados, pois eles fazem parte da força de trabalho da unidade”, afirma.

Segundo Edmilson, o pro-

jeito também busca dar apoio aos trabalhadores terceirizados, preparando-os para o mercado de trabalho após se desvincularem da universidade. Elevar o nível profissional dessas pessoas é, na opinião do técnico-administrativo, “uma forma de a UFRJ agregar valor à sociedade”.

EDMILSON:
valorização tem que ser para todos os trabalhadores na universidade



Foto: Renan Silva 29/8/2013